

SUHEL SARHAN JÚNIOR

Advogado. Mestre em Direito. Pós-graduado em Direito Empresarial pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Cursos de Extensão pelo Instituto Laspaou, Harvard University (Cambridge) e University of Toronto (Canadá). Professor de Direito Empresarial do Damásio Educacional, nos cursos preparatórios para OAB, Carreiras Jurídicas e Pós-graduação. Professor de Direito Empresarial e Civil nos cursos de Graduação e Pós-graduação do Unisal - Lorena. Professor convidado em cursos de Pós-graduação. Autor de obras e artigos jurídicos, com citações pelo Superior Tribunal de Justiça. Agraciado com o prêmio "Láurea de Mérito Docente", concedido pela Seccional da OAB/SP.

RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIA

ATUALIZADO COM
A LEI Nº. 14.112/20

Recuperação de Empresas e Falência

© Suhel Sarhan Júnior

EDITORA MIZUNO 2021

Revisão: Ulisses Vieira Moreira Peixoto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S245r Sarhan Júnior, Suhel.
 Recuperação de empresas e falência / Suhel Sarhan Júnior. – Leme, SP: Mizuno, 2021.

384 p. : 17 x 24 cm 1189833

Inclui bibliografia.
 Inclui índice alfabético remissivo.

ISBN 978-65-5526-132-5

1. Falência – Brasil. 2. Direito empresarial. I. Título.

CDD 346.81078

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concementes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à
 EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460

Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210

Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br
 e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil
 Printed in Brazil

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

| | |
|--|----|
| A Empresa e Sua Preservação como Pilares da Lei nº. 11.101/05 | 17 |
| 1. Empresa | 17 |
| 2. Atividade Empresarial..... | 19 |
| 2.1. Funções da Atividade Empresarial..... | 21 |
| 2.1.1. Social | 22 |
| 2.1.2. Fiscal..... | 26 |
| 2.1.3. Econômica | 28 |
| 2.1.4. Ambiental | 29 |
| 2.2. Fomento e proteção da empresa | 33 |
| 2.3. Princípio da Preservação da Empresa..... | 36 |

CAPÍTULO 2

| | |
|---------------------------------|----|
| A Empresa em Crise | 39 |
| 1. Causas da Crise | 42 |
| 2. Espécies de Crise..... | 43 |
| 3. Histórico..... | 44 |

CAPÍTULO 3

| | |
|---|----|
| Disposições Preliminares e Comuns | 47 |
| 1. Sujeito Passivo | 47 |
| 1.1. Precedente que deferiu o processamento de Recuperação Judicial para devedor não empresarial..... | 49 |
| 1.2. Exclusão da Empresa Pública e da Sociedade de Economia Mista | 52 |
| 1.3. Exclusões em parte da falência | 55 |
| 1.3.1. RAET (Regime de Administração Especial Temporária)..... | 56 |
| 1.3.2. Intervenção e Liquidação Extrajudicial (Lei nº. 6.024/74) | 59 |
| 2. Foro competente | 62 |
| 3. Créditos não exigíveis | 65 |
| 4. Art. 6º e suas modificações introduzidas pela Lei nº 14.112/2020 | 66 |
| 5. Art. 7º e suas modificações introduzidas pela Lei nº. 14.112/2020 | 75 |
| 6. Habilitações, divergências e impugnações (arts. 7º a 20)..... | 79 |

| | |
|---|-----|
| 6.1. Homologação do quadro geral de credores | 92 |
| 6.2. Modelos..... | 95 |
| • Modelo de Habilitação Retardatária de Crédito antes da homologação do quadro geral de credores: | 95 |
| • Modelo de Habilitação Retardatária de Crédito após a homologação do quadro geral de credores: | 97 |
| • Modelo de Impugnação de Crédito: | 99 |
| 7. Administrador Judicial e Comitê de Credores (arts. 21 a 34)..... | 101 |
| 7.1. Administrador Judicial | 107 |
| 7.2. Remuneração..... | 111 |
| 7.3. Destituição ou Substituição | 112 |
| 7.4. Comitê de Credores | 113 |
| 7.5. Funções..... | 114 |
| 8. Assembleia de Credores | 114 |
| 8.1. Modo de Convocação | 121 |
| 8.2. Deliberações | 122 |
| 8.3. Desburocratizações para realização da assembleia | 124 |
| 9. Gratuidade de Justiça | 125 |
| 10. Administração da empresa | 126 |
| 11. Contagem dos prazos, recurso e publicações (art. 189)..... | 128 |
| 12. Preferência dos processos da Lei nº. 11.101/05 | 129 |

CAPÍTULO 4

| | |
|---|-----|
| Recuperação de Empresas | 131 |
| 1. Princípio da Preservação da Empresa | 131 |
| 2. Conceito | 134 |
| 3. Recuperação Judicial | 136 |
| 3.1. Mediação, Conciliação e antecipação do <i>Stay Period</i> (arts. 20-A a 20-D)..... | 136 |
| 3.2. Sujeito Ativo | 140 |
| 3.3. Requisitos | 141 |
| 3.3.1. Funcionamento do Conselho Fiscal em companhia aberta..... | 145 |
| 3.4. Petição Inicial e Procedimento..... | 145 |
| 3.4.1. Alienação de ativos permanentes..... | 151 |
| 3.4.2. Modelo de petição inicial..... | 154 |
| 3.5. Efeitos da decisão que defere o processamento | 156 |
| 3.5.1. Suspensão das ações e execuções (<i>Stay Period</i>) | 157 |
| 3.5.1.1. Ações e execuções contra devedores solidários..... | 160 |
| 3.5.2. Impossibilidade de desistência do pedido | 161 |

| | |
|---|-----|
| 3.5.3. Nomeação do administrador judicial, intimação do Ministério Público e dispensa de certidões..... | 161 |
| 3.5.4. Publicação de edital com a relação de credores | 162 |
| 3.5.5. Apresentação do plano | 163 |
| 3.6. Plano de Recuperação..... | 164 |
| 3.6.1. DIP (Debtor in Possession)..... | 171 |
| 3.7. Credores sujeitos ao plano..... | 173 |
| 3.7.1. Trabalhadores | 176 |
| 3.8. Credores não sujeitos ao plano..... | 177 |
| 3.8.1. Credores de Arrendamento Mercantil, Alienação Fiduciária, Venda com Reserva de Domínio e os bens de capital essenciais | 177 |
| 3.8.2. Bens de capital essenciais das companhias aéreas..... | 178 |
| 3.8.3. Créditos de Produtores Rurais..... | 179 |
| 3.9. Parcelamento dos créditos fiscais com base em lei especial | 181 |
| 3.10. Aprovação do Plano | 185 |
| 3.10.1. Plano apresentado pelos credores | 190 |
| 3.10.2. Cram Down | 192 |
| 3.10.3. Decisão de conceder a Recuperação | 192 |
| 3.10.3.1. Modelo | 193 |
| 3.11. Cumprimento do plano e sua possível convolação em falência..... | 195 |
| 3.12. Plano Especial de Recuperação | 197 |
| 3.13. Quadro sinótico | 201 |
| 3.14. Recuperação de Grupo de Sociedades | 201 |
| 3.14.1. Uniões entre sociedades..... | 203 |
| 3.14.1.1. Sociedades Coligadas (filiais, controladoras e controladas) | 203 |
| 3.14.1.2. Subsidiária Integral | 205 |
| 3.14.1.3. Grupos de Sociedades ou <i>Holding</i> Empresarial | 205 |
| 3.14.2. Consolidação Processual e Substancial da Recuperação Judicial..... | 207 |
| 4. Recuperação Extrajudicial | 210 |
| 4.1. Credores albergados e não atingidos | 213 |
| 4.2. Homologação do plano no Judiciário | 214 |
| | |
| CAPÍTULO 5 | |
| Falência – Teoria Geral | 217 |
| 1. Par Conditio Creditorum | 218 |
| 2. Hipóteses para se pleitear a quebra..... | 219 |
| 2.1. Impontualidade..... | 221 |
| 2.1.1. Protesto..... | 222 |

| | |
|---|-----|
| 2.2. Execução Frustrada | 224 |
| 2.3. Atos de Falência..... | 225 |
| 2.3.1. Alienação fraudulenta de patrimônio | 226 |
| 2.3.2. Negócio Simulado | 226 |
| 2.3.3. Venda irregular de estabelecimento empresarial | 226 |
| 2.3.4. Simulação de transferência de estabelecimento | 228 |
| 2.3.5. Garantia real retardatária | 228 |
| 2.3.6. Ausência e abandono da atividade | 228 |
| 2.3.7. Descumprimento do plano de recuperação judicial | 228 |
| 3. Efeitos da falência para a pessoa do sócio..... | 229 |
| 3.1. Desconsideração da Personalidade Jurídica no Processo Falimentar | 230 |
| 3.2. Desconsideração da Personalidade Jurídica..... | 232 |
| 3.2.1. Teorias..... | 235 |
| 3.2.2. Desconsideração nas relações de consumo | 235 |
| 3.2.3. Desconsideração da Personalidade Jurídica na Justiça do Trabalho após a reforma trabalhista..... | 236 |
| 3.2.4. Responsabilidade do Sócio Administrador por dívidas fiscais..... | 237 |
| 3.2.5. Desconsideração em caso de grupo econômico | 242 |
| 3.2.6. Desconsideração no Código de Processo Civil | 243 |
| 3.2.7. Desconsideração Inversa da Personalidade Jurídica..... | 245 |
| 3.2.8. Quadro Sinótico | 246 |
| 3.3. Desconsideração x Ação de Responsabilidade | 246 |
| 4. Legitimidade ativa..... | 248 |
| 4.1. Autofalência..... | 249 |
| 4.2. Falência requerida pelo fisco | 250 |
| 5. Juízo Universal..... | 252 |
| 5.1. Créditos Fiscais na Falência | 253 |

CAPÍTULO 6

| | |
|---|-----|
| Falência - Processo..... | 259 |
| 1. Modelos..... | 259 |
| • Modelo de petição inicial de pedido de falência:..... | 259 |
| • Modelo de petição inicial de pedido de autofalência:..... | 261 |
| • Modelo de contestação:..... | 264 |
| 1.1. Depósito Elisivo..... | 266 |
| 2. Decisões sobre o pedido de falência..... | 267 |
| 2.1. Modelos..... | 269 |
| • Modelo de agravo contra decisão que decretou a falência:..... | 269 |

| | |
|---|-----|
| • Modelo de recurso de apelação contra decisão que denega o pedido de falência: | 271 |
| 3. Efeitos e determinações da decisão que decreta a falência | 273 |
| 3.1. Vencimento antecipado das dívidas..... | 275 |
| 3.2. Ofício à Junta Comercial | 275 |
| 3.3. Suspensão das Ações e Execuções | 275 |
| 3.4. Inabilitação do falido..... | 276 |
| 3.5. Indisponibilidade de bens..... | 276 |
| 3.6. Contratos da massa falida..... | 276 |
| 3.7. Fixação do Termo Legal | 278 |
| 3.8. Atos revogáveis..... | 281 |
| 3.9. Ineficácia x Revocatória | 282 |
| 3.10. Modelos..... | 283 |
| • Modelo de pedido de ineficácia..... | 283 |
| • Modelo de revocatória:..... | 285 |
| 4. Direitos e Deveres do falido | 287 |
| 5. Arrecadação do Ativo | 289 |
| 5.1. Pedido de Restituição | 292 |
| 5.1.1. Bens arrecadados que não são de propriedade da massa | 293 |
| 5.1.2. Mercadorias vendidas a crédito | 294 |
| 5.1.3. Restituição em Dinheiro..... | 295 |
| 5.1.4. Procedimento..... | 296 |
| 5.1.5. Modelo | 297 |
| 6. Liquidação do ativo..... | 299 |
| 7. Pagamento dos credores | 303 |
| 7.1. Credores Extraconcursais | 306 |
| 7.2. Classificação dos Créditos | 308 |
| 7.3. Honorários Advocatícios na Falência..... | 310 |
| 8. Extinção da falência e das obrigações | 311 |
| 8.1. Modelo..... | 315 |
| 9. Insolvência Transnacional | 317 |
| 9.1. Sistemas..... | 327 |
| 9.2. Regras gerais..... | 328 |
| 9.3. Acesso à jurisdição brasileira..... | 330 |
| 9.4. Reconhecimento dos processos estrangeiros | 332 |
| 9.4.1. Efeitos da decisão de reconhecimento de processo estrangeiro | 333 |
| 9.4.2. Da concorrência de processos..... | 334 |
| 10. Quadros Sinóticos | 336 |
| 11. Crimes falimentares..... | 338 |
| 12. Informativos do STJ..... | 340 |

CAPÍTULO 7

Projeto de Lei de Renegociação de Dívidas para Micro e Pequenas Empresas 365

REFERÊNCIAS 371

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO..... 377